



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PENACOVA

Acta n.º 02/2026

Ata número dois do ano de dois mil e vinte e seis da reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Penacova.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Penacova, conforme convocatória enviada a todos os membros desta Assembleia, com a seguinte ordem de trabalhos:

I

Período de Intervenção do Público

II

Período de Antes da Ordem do Dia

- 2.1- Leitura de Expediente, Informações e Esclarecimentos;
- 2.2- Apreciação e votação das Actas n.ºs 04/2025 e 01/2026;
- 2.3- Outros Pontos previsto no Regimento;

III

Período da Ordem do Dia

- 3.1- Apreciação da informação do Senhor Presidente da Junta, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, alínea e), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- 3.2- Discussão e Aprovação da prestação de Contas da Freguesia de Penacova para o Ano Financeiro 2025.
- 3.3- Apreciação e votação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais.
- 3.4- Discussão e Aprovação da proposta para autorizar o Executivo a contratar compromissos plurianuais.
- 3.5- Apreciação das contas conforme o SNC-AP, referente ao primeiro trimestre do ano 2026.
- 3.6- Aprovação da Acta em minuta.

Quando eram vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Mesa deu início à reunião, com a conferência de presenças, tendo-se verificado a falta da Senhora



Segunda Secretária da Assembleia, Sandra Daniela Brito Martins, a qual justificou a falta, tendo sido substituída na mesa pelo Senhor Deputado Suplente da Assembleia Armando Rodrigues de Oliveira.-----

Depois de conferidas as presenças o Senhor Presidente procedeu à leitura da convocatória com a ordem de trabalhos.-----

I

Período de Intervenção do público

Constata-se que não há público presente.-----

II

Período de Antes da Ordem do Dia

2.1 – Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito aos presentes que não há qualquer expediente dirigido à Assembleia de Freguesia, apenas a justificação da ausência por parte da Senhora Segunda Secretária da Assembleia, Sandra Daniela Brito Martins.-----

2.2- Senhor Presidente da Assembleia: Atendendo a que as actas nºs. 04/2025 e 01/2026 já vos tinham sido enviadas, peço aos presentes para se pronunciarem em relação à apreciação e votação das mesmas. -----

O **Senhor Deputado Paulo Rodrigues** pediu para usar a palavra, o que lhe foi deferido pelo Senhor Presidente da Assembleia e pediu uma correcção à Acta nº. 04/2025, nos seguintes termos:-----

- Na minha intervenção, na altura, na página nº. 5, quando eu digo que “*existe a possibilidade de fazermos a aprovação do orçamento nos sessenta dias após a instalação dos órgãos autárquicos*” deve ser corrigido para “*existe a possibilidade do primeiro orçamento de cada mandato...*”, porque só esse é que tem essa possibilidade, os outros não são sessenta dias, convém isto ficar específico. Isto é por causa da instalação dos órgãos autárquicos, ou seja, no primeiro orçamento de cada mandato existe essa possibilidade, é a instalação de órgão e existe essa benesse da possibilidade de aprovar o orçamento nos sessenta dias seguintes e foi isso que nos levou ao adiamento. Aliás, esta questão foi confirmada pelo Senhor Presidente através do telefonema que fez para o gabinete da contabilidade.-----

Terminada a intervenção do Senhor Deputado Paulo Rodrigues, o **Senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra e disse o seguinte:-----

-Após aceite a correcção, a qual será oportunamente enviada aos membros da Assembleia, coloco a Acta nº. 04/2025 à votação. Colocada a Acta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Quanto à Acta nº. 1/2026 o **Senhor Deputado Paulo Rodrigues** pediu para usar a palavra, o que lhe foi deferido pelo Senhor Presidente da Assembleia e fez um reparo, nos seguintes termos:-----

-Pode ter sido um lapso, mas, na página 4, em relação às obras que foram efectuadas, têm todas o valor indicado excepto a obra do Sobral.-----



Quanto à Acta nº. 1/2026 a **Senhora Deputada Joana Granjeio** pediu para usar a palavra, o que lhe foi deferido pelo Senhor Presidente da Assembleia, o que fez nos seguintes termos:-----

-Também tenho um pedido de correcção a fazer, na página sete, nas respostas às minhas intervenções. Gostava de pedir que transcrevessem na íntegra as respostas. Eu questionei sobre as verbas de anos seguintes, neste caso penso que era das receitas dos cemitérios que ia aumentando. Depois coloquei a questão que no que respeita à despesa nos anos seguintes deixa de aparecer, em 2027, 2028, e 2029. Vocês responderam que era porque depois já não estaria. Mas recordo-me de terem dito que também não deveria estar na parte da receita e não vejo isso aqui escrito em lado nenhum. Depois tenho também a questão dos seguros, na página oito, o seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais também se refere a um funcionário e aos dois meios tempos? E responderam-me que para além do funcionário e dos dois meios tempos também estão aqui incluídos os prestadores de serviços e explicaram-me porquê. Eu gostaria por favor que também transcrevessem essa parte. Depois, não sei se posso colocar esta questão, na página quatro, quando o Senhor Presidente nos estava aqui a dar conta das obras que foram efectuadas no último trimestre, na página quatro diz: na Barca do Concelho procedemos à aplicação de grelhas para retirar as águas pluviais da via pública no valor de quatrocentos e quarenta e dois euros e oitenta centimos. Depois, também na Ponte, mas aqui acho que são coisas diferentes: executámos uma nova caixa de drenagem das águas na ribeira pelo valor de quinhentos e setenta e oito euros e dez centimos, na mesma ribeira procedemos a trabalhos de limpeza no valor de três mil, cento e noventa e oito euros e à construção de muros pelo valor de cinco mil, seiscentos e noventa e quatro euros e noventa centimos. Só queria questionar se este tipo de obras é adjudicado a empresas que fazem esta empreitada, ou se é com meios próprios.-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Tivemos várias empresas. Estes valores, são valores de várias facturações, não consigo aqui dizer-lhe os nomes das empresas. A última obra, o muro foi feito pela empresa Construções do Canto, as outras já não me lembro.-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-E era só estas questões, obrigado.-----

Terminadas as intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra e disse o seguinte:-----

-Após aceites as correcções, as quais serão oportunamente enviadas aos membros da Assembleia, coloco a Acta nº. 01/2026 à votação. Colocada a Acta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Senhor Presidente da Assembleia: Terminado este ponto, passamos então ao ponto 2.3.-----

2.3------

Neste ponto inscreveu-se para usar da palavra a **Senhora Deputada Daniela Soares**, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia lhe deu a palavra.-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----

-A Senhora Deputada Daniela Soares procedeu à leitura de um documento, cujo



conteúdo a seguir se transcreve para a acta, ficando tal documento a fazer parte dos documentos desta Assembleia:-----

-“Gostaria de colocar uma situação que já se arrasta há vários anos e que continua sem resposta.

No lugar de Casal de Santo Amaro, existia um caminho florestal que dava acesso a uma mina de água, sendo esse acesso fundamental para a limpeza, manutenção e encaminhamento das águas para os tanques existentes.

Com as intervenções realizadas no IP3, esse caminho foi interrompido, tendo sido construído um paredão que acabou por inviabilizar o acesso. Desde então, e apesar de várias solicitações ao longo dos anos, esse caminho nunca foi reaberto.

O que causa estranheza é que, recentemente, tivemos conhecimento através da ata 01-2026 que a Junta procedeu à abertura de um caminho florestal noutra localidade, nomeadamente na Riba de Cima.

Assim, a questão que se coloca é clara: por que motivo existe disponibilidade para intervir numa localidade e não noutra, quando estamos perante situações que envolvem interesse público?

Importa ainda referir que, no caso de Casal de Santo Amaro, estamos perante uma encosta com abundância de água que, atualmente, não está a ser devidamente canalizada. Esta situação tem contribuído para problemas como quedas de muros e degradação de caminhos, uma vez que a água deixou de ser conduzida para os locais apropriados.

Perante isto, questiono: existe alguma justificação técnica ou outra razão para a não reabertura deste caminho florestal? Ou se está prevista alguma intervenção futura para resolver esta situação?

Creio que esta é uma questão de equidade, mas também de prevenção de problemas que, a continuar, poderão vir a ter consequências mais graves para a população e para o território.”

Senhor Presidente da Assembleia:-----

-Relativamente a esta intervenção, dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta para, se assim o entender, responder.-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Não sei qual é o caminho em questão, é verdade que há vários caminhos por abrir. No caso da Riba de Cima, nós no ano passado não tivemos uma hora de máquina da ADESA, no ano anterior tivemos incêndios, andámos a fazer anéis de segurança e já há uns anos que não temos feito manutenção. Nesta estrada em concreto não foi uma abertura, foi mais uma reabertura, nós aqui substituímos ao Município e à ADESA e reabrimos essa estrada. Aqui neste caso não sei, falou que a estrada tinha sido cortada pelo....-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----

-Pelo paredão, vocês já lá estiveram com a minha mãe e com o Senhor Carlos.

Senhor Presidente da Junta:-----

-Pelo paredão que teve origem no IP3, não é?-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----

-O caminho foi cortado quando fizeram esse paredão, as pessoas não conseguem aceder à mina para fazer limpeza, arranjar os tubos, etc.-----



Handwritten signature in blue ink.

Senhor Presidente da Junta:-----
-Está a falar do terreno que foi expropriado e é propriedade das Infraestruturas de Portugal. Nós quando lá fomos com a sua mãe chamámos lá alguém das Infraestruturas de Portugal pois seriam eles a proceder à limpeza do caminho e a assegurar a manutenção do mesmo.-----

Senhor Tesoureiro da Junta:-----
-Inclusivé aquele arranjo da mina foi feito pelas Infraestruturas.-----

Senhor Presidente da Junta:-----
-Exactamente, nós já colaborámos por várias vezes dando tubos.-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----
-Toda a manutenção tem sido feita pelas pessoas da localidade.-----

Senhor Presidente da Junta:-----
-São dos regadios.-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----
-Sim mas as pessoas é que limpam e é que fazem, o problema é que as pessoas deixaram de ter acesso para fazerem esses trabalhos.-----

Senhor Tesoureiro da Junta:-----
-Sim mas o reservatório que lá está foi feito pelas Infraestruturas.-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----
-Mas não está lá nenhum reservatório.-----

Senhor Tesoureiro da Junta:-----
O que estava antes.-----

Senhor Presidente da Assembleia:-----
-Vamos tentar aqui não entrar em diálogo.-----

Senhor Presidente da Junta:-----
-Este foi um problema que as Infraestruturas criaram, pelo que se devem dirigir às Infraestruturas, nós até o podemos fazer mas o problema não foi causado por nós.-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----
-Mas vocês sendo uma instituição mais próxima dos cidadãos...-----

Senhor Presidente da Junta:-----
-A Daniela fez a sua intervenção, eu vou responder e respeitamos aqui o Regimento. O que eu lhe estava a dizer é que sendo um caminho que está situado num terreno expropriado pelas Infraestruturas de Portugal, sendo um caminho que, segundo parece, foi cortado pelas Infraestruturas de Portugal, este problema tem que ser resolvido com as Infraestruturas de Portugal. Nós estamos aqui e podemos servir de mediadores, convidar como fizemos dessa vez para as Infraestruturas irem ao local e apresentar-lhes esta situação, agora se calhar não nos cabe a nós é resolvê-la.-----

Senhora Deputada Daniela Soares:-----
-Mas cabe a vocês...-----

Senhor Presidente da Junta:-----
-Eu já respondi...-----

Senhor Presidente da Assembleia:-----
-Terminadas as intervenções em relação a este ponto, vamos passar de seguida



ao ponto **III-Período da Ordem do Dia**, pelo que dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

III Período da Ordem do Dia

3.1- Senhor Presidente da Junta:-----

Antes de apresentar o balanço da atividade da Junta de Freguesia neste primeiro trimestre, é imperativo recordar o início de ano extremamente difícil que vivemos. O nosso país foi atingido por sucessivas tempestades extremas que fustigaram particularmente a zona centro.-----

No nosso concelho, as depressões Kristin (madrugada de vinte e oito de Janeiro), Leonardo e Marta atingiram Penacova com particular violência, causando prejuízos de vários milhões de euros. Fomos confrontados com habitações danificadas — sobretudo ao nível de telhados — inúmeras quedas de árvores, barreiras e derrocadas de taludes, além de várias inundações.-----

Foram dias de enorme exigência para a Proteção Civil, Bombeiros e Município. A Junta de Freguesia, com o total empenho e disponibilidade dos seus colaboradores, esteve permanentemente no terreno, utilizando os nossos equipamentos na desobstrução de vias e apoio às populações.-----

A nossa freguesia foi, sem dúvida, a mais fustigada. Gostaria de destacar os danos mais críticos:-----

- A derrocada da estrada de acesso à Fábrica das Águas das Caldas (Águas de Penacova);-----
- A derrocada na Estrada Municipal 535, no cimo da Cheira;-----
- O grave deslizamento de terras junto ao cemitério da Carvoeira, que afetou o acesso à Carvoeira de Cima e ao Sanguinho, bem como a EN2, colocando em causa a própria viabilidade do cemitério.-----

O Município de Penacova já avançou com soluções provisórias em várias frentes:-----

Para o acesso às Águas das Caldas, atualmente com uma faixa de rodagem aberta. Sendo que a solução final ainda não está encontrada.-----

Para a Estrada 535, já foi realizado o estudo geológico. O Município pondera avançar com a obra através de fundos próprios.-----

Para o acesso à Carvoeira e Sanguinho, o acesso local já se encontra aberto, embora de forma condicionada.-----



Na Estrada Nacional 2 (EN2), a reabertura depende exclusivamente das Infraestruturas de Portugal, aguardando-se uma decisão célere deste organismo.-----

Quanto ao cemitério da Carvoeira, o executivo municipal decidiu seguir as recomendações técnicas dos peritos: foi deliberado não dar continuidade a este cemitério. A solução passa pela construção de um novo espaço e pela futura trasladação de todos os entes queridos ali sepultados.-----

A Junta de Freguesia tem colaborado ativamente com o Município, tanto na vertente administrativa e no contacto direto com as famílias, como na identificação de terrenos para o novo cemitério, tendo já indicado três localizações possíveis.-----

Para concluir:-----

Temos conhecimento de que o Município apresentou candidaturas a fundos estatais num valor aproximado de **dezanove milhões de euros** para reparar os danos causados pelas tempestades.-----

Esperamos que o Governo Central atue com a rapidez que a situação exige, disponibilizando os fundos necessários para que o nosso concelho recupere a normalidade. Esta é uma urgência não só infraestrutural, mas também humana, especialmente no que toca ao cemitério — um processo doloroso para todos os que ali têm os seus familiares e que merece o nosso maior respeito e prioridade.

Dando conta da atividade da junta de freguesia de Penacova neste ultimo trimestre, foram limpas seguintes aldeias:-----

- Carvalhal de Mançores
- Belfeiro
- Vale da Azelha
- Vale de Intela
- Riba de Baixo
- Ferradosa
- Bairro Novo
- Ribela
- Gondelim
- Cheira

Passando agora para os trabalhos de limpeza das bermas das estradas municipais.-----

Procedemos à limpeza das bermas das seguintes estradas municipais:-----

- Bermas no Felgar



- Ramal de Gondelim
- Ramal da Foz de Gondelim
- Ramal da Serra em Carvalhal de Mançores
- Ramal de Vale da Azelha/Vale de Intela

Também neste trimestre executámos os seguintes investimentos:-----

- Em Viação Rural:-----

Abertura de valas em Vila Nova, abertura de estrada florestal e colocação de tubo corrugado de 200, pelo valor de seiscentos e oitenta euros.-----

Abertura de estradas florestais na Riba de Cima, e linhas de água – mil, cento e vinte e cinco euros.-----

Em Sinalização – setecentos e sessenta e seis euros e sete cêntimos.-----

Em execuções de valetas em cimento, gastamos na Carvoeira mil, seiscentos e sessenta euros e cinquenta cêntimos e na rua da Capela em Gondelim mil, duzentos e quinze euros.-----

E para terminar adquirimos betuminoso no valor de oitocentos e um euros e trinta e sete cêntimos.-----

E assim dou a minha intervenção por concluída. -----

-Senhor Presidente da Assembleia:-----

-Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta, pergunto aos presentes se desejam colocar alguma questão.-----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimento, vamos então passar ao ponto
3.2- Discussão e Aprovação da prestação de Contas da Freguesia de Penacova para o Ano Financeiro de 2025, pelo que dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

3.2 – Senhor Presidente da Junta: -----

Foi-vos remetido, este ano, além dos documentos contabilísticos da prestação de contas do ano de dois mil e vinte e cinco, uma informação financeira, que visa explicar de uma forma mais simples o documento técnico. Esta informação irá fazer parte integrante da ata desta assembleia, pelo que vou apenas referir dois ou três pontos.-----

O primeiro ponto positivo, é evidenciado quando analisamos as receitas e as despesas correntes. As receitas correntes foram em dois mil e vinte e cinco, mais que suficientes para cobrir as despesas correntes, tivemos uma poupança, em números redondos de mais de quarenta e três mil euros ou seja mais de 18% da totalidade das receitas correntes.-----

O segundo ponto positivo decorre do resultado obtido na gestão rigorosa da despesa corrente, ou seja, dos mais de quarenta e três mil euros de poupança.



Destes quarenta e três mil euros, aplicámos mais de trinta e dois mil euros em despesas de capital, ou seja em investimentos.-----

Terceiro ponto positivo, aumentámos a nossa tesouraria, passámos o ano com um saldo de gerência de mais de vinte e cinco mil euros, ou seja, um aumento de quase onze mil euros em relação ao saldo de gerência de dois mil e vinte e quatro.-----

Resumindo as receitas totais superaram as despesas totais, demonstrando que a freguesia conseguiu gerar recursos suficientes para financiar a sua atividade essencial, conseguindo ainda reforçar a realização de investimentos sem necessidade de recorrer a financiamentos externos.-----

Para concluir a Junta de Freguesia encerra o período com um saldo de gerência de vinte e cinco mil, duzentos e noventa e nove euros, que mesmo considerando os compromissos e obrigações a transitar para dois mil e vinte e seis, no valor de três mil, novecentos e cinquenta e seis euros, mantém uma margem financeira confortável, permitindo iniciar o exercício seguinte com capacidade para cumprir responsabilidades, assegurar o funcionamento regular e dar continuidade aos investimentos planeados.-----

Este resultado evidencia uma gestão orçamental sustentável, com forte execução da receita, controlo da despesa e uma estrutura financeira sólida, garantido estabilidade e previsibilidade para o exercício de dois mil e vinte e seis.

Senhor Presidente da Assembleia:-----

-Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta, pergunto aos presentes se desejam colocar alguma questão. Para este ponto inscreveu-se o **Senhor Deputado Roberto Simões** pelo que o Senhor Presidente da Assembleia lhe deu o uso da palavra.-----

Senhor Deputado Roberto Simões:-----

-A questão que queria colocar tem a ver com o saldo de gerência positivo: porque razão é que não foram liquidadas todas as responsabilidades, algumas de Outubro conforme consta da documentação?-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-O nosso email foi vítima de um ataque informático, o que foi comunicado às entidades competentes, e nós perdemos aqui dois ou três meses e estas facturas não nos chegaram. Como os pagamentos não foram efectuados antes do fim do ano é que estas empresas nos contactaram porque são valores efectivamente insignificantes. Estamos a falar de sessenta e três euros, dezassete euros, cento e cinquenta euros. É esta a explicação.-----

Senhor Presidente da Assembleia:-----

Terminadas as intervenções, vamos então colocar à votação este ponto **3.2- Discussão e Aprovação da prestação de Contas da Freguesia de Penacova para o Ano Financeiro de 2025**. Colocado este ponto **3.2- Discussão e Aprovação da prestação de Contas da Freguesia de Penacova para o Ano**



Financeiro de 2025 à votação, foi o mesmo aprovado por cinco votos a favor e quatro abstenções.

Pela **Senhora Deputada Daniela Soares** foi pedido para apresentar uma declaração de voto, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia lhe deu o uso da palavra.

Senhora Deputada Daniela Soares:

A Senhora Deputada Daniela Soares procedeu à leitura de um documento, cujo conteúdo a seguir se transcreve para a acta, ficando tal documento a fazer parte dos documentos desta Assembleia:

“Após análise das constas relativas a 2025, importa começar por referir que, de forma global, não se verificam alterações significativas face ao ano de 2024. Regista-se um ligeiro aumento da despesa corrente e uma pequena redução na despesa de capital, mas sem impacto relevante na estrutura global das contas. Ou seja, estamos perante uma execução bastante semelhante à do ano anterior. Nesse sentido, considero importante reconhecer que não houve um agravamento significativo da despesa corrente, o que demonstra alguma estabilidade na gestão ao longo do último ano.

No entanto, importa também sublinhar que esta continua a ser uma Junta de Freguesia fortemente dependente de transferências, quer do Estado, quer do Município. A capacidade de gerar receita própria é bastante limitada, resumindo-se essencialmente a taxas administrativas e, atualmente, à gestão dos cemitérios, sendo que, no futuro, essa fonte deixará de existir. Esta realidade deve merecer reflexão, na medida em que condiciona a autonomia financeira da Junta e a sua capacidade de resposta às necessidades da população.

Em suma, apesar da estabilidade verificada nas contas de 2025, continua a ser essencial pensar estrategicamente na sustentabilidade financeira da freguesia a médio e longo prazo”

Senhor Presidente da Assembleia:

-Terminadas as intervenções, vamos então de seguida passar ao ponto **3.3 da Ordem do Dia – Apreciação e votação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais**, pelo que dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

3.3- Senhor Presidente da Junta:

Trata-se de uma obrigação legal, os documentos foram-vos remetidos, se tiverem alguma pergunta...

Senhor Presidente da Assembleia:

-Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta, pergunto aos presentes se desejam colocar alguma questão. Não havendo nenhum pedido de esclarecimento, vamos então colocar à votação este ponto **3.3 do Período da Ordem do Dia – Apreciação e votação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais**. Colocado este ponto **3.3 do Período da Ordem do Dia** à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuando no uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** disse o seguinte:



-Vamos agora passar ao ponto **3.4 do Período da Ordem do Dia – Discussão e Aprovação da proposta para autorizar o Executivo a contratar compromissos plurianuais**, pelo que dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

3.4- Senhor Presidente da Junta:-----

-Trata-se de submeter hoje à vossa apreciação um pedido que é, acima de tudo, um voto de confiança na gestão executiva desta Freguesia.-----

Não estamos aqui a pedir um “cheque em branco”, mas sim a solicitar a vossa autorização para que a máquina administrativa não pare. Esta autorização genérica permite que a Junta possa contratar serviços essenciais que ultrapassem o final do ano económico - como a limpeza das nossas ruas ou o aluguer de equipamentos - sem termos de vir a esta Assembleia pedir autorização para cada contrato individual de rotina.-----

Esta medida é fundamental por dois motivos práticos: garantir o passado, assegurar que os contratos assinados em dois mil e vinte e cinco, que transitam para dois mil e vinte e seis, continuem a ser pagos sem sobressaltos e sem interrupções de serviço. Executar o futuro, permite-nos avançar com as obras e investimentos que já constam no nosso plano, dando-nos a agilidade necessária para contratar e executar.-----

É importante reforçar, para que não restem dúvidas, que esta autonomia está balizada por limites legais muito rigorosos, o nosso limite geral para despesas correntes está fixado em noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, por ano, com uma duração máxima de três anos.-----

Acima de tudo, impera a regra de ouro: só podemos gastar se houver cabimento orçamental e se cumprirmos escrupulosamente a Lei dos Compromissos. Ou seja, a Junta só contrata se tiver dinheiro em caixa e as contas em dia.-----
Ao aprovarem este documento, estão a permitir que esta Junta seja:-----

- Mais veloz: Deixamos de estar parados à espera de burocracias para tratar de contas básicas como a luz, a água ou as comunicações.-----
- Mais transparente: Os limites são claros e o risco de endividamento é nulo, pois tudo está previsto no plano.-----
- Mais eficaz: A estratégia de desenvolvimento da nossa Freguesia passa a ser contínua, sem paragens forçadas na passagem de ano.-----

Para concluir e em resumo, o que pedimos à Assembleia é que nos deixe trabalhar com a agilidade que os tempos modernos exigem. Em troca, garantimos o rigor absoluto no cumprimento da lei.-----
Pedimos esta autorização para que a nossa Freguesia nunca pare por falta de papelada, mas sim que avance pela força do nosso trabalho.-----

Senhor Presidente da Assembleia:-----

-Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta, pergunto aos presentes se desejam colocar alguma questão. Para este ponto inscreveu-se o **Senhor Deputado Paulo Rodrigues**, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia lhe deu a palavra.-----



[Handwritten signature]

Senhor Deputado Paulo Rodrigues:-----

-É a primeira vez que votamos um documento desta natureza numa Assembleia, já ficámos esclarecidos pela forma que o Senhor Presidente acabou de explicar, gostaria de saber qual foi o motivo de fazermos esta situação diferente das outras, se houve algum motivo especial ou se é o cumprimento de alguma obrigação.-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-A empresa que nos acompanha é que nos sugeriu que trouxéssemos este assunto à Assembleia, uma vez que tinham conhecimento de que algumas Juntas estavam em incumprimento. E podemos estar em incumprimento porque, por exemplo, alugamos uma máquina de fotocopiar e o procedimento passa sobre os dois anos e ninguém se lembra disto, ou, por exemplo, os procedimentos dos prestadores de serviços foram feitos para o período de Janeiro a Dezembro, mas se tivessem tido início em Fevereiro iriam até Fevereiro do próximo ano e ninguém se lembraria deste pormenor; se chegarmos ao fim do ano e tivermos uma obra por acabar e a passarmos para o próximo ano. Por tanto o valor que eu disse, os noventa e nove mil euros é previsto por lei. Outro exemplo, tivemos aqui uma situação em que por acaso não estávamos em incumprimento: tivemos uma auditoria do Banco de Portugal em relação a leasing, nós não fizemos nenhum leasing no mandato passado mas tínhamos feito um leasing em dois mil e vinte, por três anos, por um valor de cerca de vinte mil euros o que estava dentro do limite dos noventa e nove mil euros, mas carecia da autorização da Assembleia. Nestes três últimos anos as exigências têm aumentado, a própria ANAFRE difundiu junto das Freguesias um alerta com a explicação do que estava a acontecer.-----

Senhor Presidente da Assembleia:-----

Terminadas as intervenções, vamos então colocar à votação este ponto **3.4 do Período da Ordem do Dia – Discussão e Aprovação da proposta para autorizar o Executivo a contratar compromissos plurianuais**. Colocado este ponto **3.4 do Período da Ordem do Dia** à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Continuando no uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** disse o seguinte:-----

-Vamos agora passar ao ponto **3.5-Apreciação das contas conforme o SNC-AP, referente ao primeiro trimestre do ano de 2026**, pelo que dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

3.5- Senhor Presidente da Junta:-----

Foi-vos remetido o resumo da execução orçamental a trinta e um de Março de dois mil e vinte e seis.-----

Lembro que o valor do orçamento aprovado para o ano de dois mil e vinte e seis é de trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos.-----

Do lado da receita, temos o saldo da gerência do ano anterior no valor de vinte e cinco mil, duzentos e noventa e nove euros e trinta e quatro cêntimos, que ainda não redistribuímos e oitenta e um mil, cento e noventa e seis euros e vinte



e oito cêntimos de receita arrecadada neste primeiro trimestre, totalizando assim um grau de execução de 24.03%..-----

Do lado da despesa, realizámos despesas correntes no valor de quarenta e um mil, seiscentos e quarenta euros e noventa e quatro cêntimos e despesas de capital no valor de cinco mil, duzentos e onze euros e quarenta e um cêntimos, o que perfaz uma taxa de execução da despesa de 13.40%.-----

Falta então dar conhecimento dos saldos das contas. A trinta e um de Março de dois mil e vinte e seis tínhamos na Caixa Geral de Depósitos – dez mil, quatrocentos e dez euros e dezassete cêntimos, na Caixa Agrícola – quarenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos e em caixa tínhamos novecentos e noventa e oito euros e quarenta e seis cêntimos, totalizando cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três euros e vinte e sete cêntimos.-----

A taxa de execução da despesa está muito baixa, essencialmente porque não fizemos investimento neste primeiro trimestre, isto porque tivemos as tempestades e andámos com outras prioridades. Neste momento já começámos a trabalhar e já temos algumas coisas em movimento.-----

Senhor Presidente da Assembleia: -----

-Terminada a intervenção do **Senhor Presidente da Junta** em relação a este ponto **3.5 do Período da Ordem do Dia**, pergunto aos presentes se alguém deseja colocar alguma questão. Para este ponto inscreveu-se a **Senhora Deputada Joana Granjeio**.-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-No mapa de prestação de contas o que é que quer dizer RG e o que é que quer dizer RP?-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Está a voltar à Prestação de Contas?-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-Sim, o documento que está a seguir à Execução Financeira.-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Este mapa destina-se a identificar de onde é que provém a receita. O RG são receitas gerais e o RP são receitas próprias, onde temos a receita fiscal, as taxas, multas e outras penalidades, as vendas de bens e serviços, que são os coveiros.-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-Receitas próprias está correcto, mas receita geral na Administração Local não se aplica, aplica-se fundos comunitários.-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Na Administração Local? As verbas que provêm do Município?-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-Sim, fundos comunitários, não é receitas gerais.-----

Senhor Tesoureiro da Junta:-----

-As verbas que vêm do Município, fundos comunitários?-----



[Handwritten signature]

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-Vocês têm aqui receitas gerais, não é? E receitas próprias.-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Sim.-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-É isso que quer dizer?-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Sim.-----

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-Então, se assim fôr, na Administração Local não se chama de receitas gerais, só há receitas próprias e fundos. Nestas receitas gerais vocês estão a incluir os fundos comunitários e os fundos que vêm do Município?-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Mas nós não temos fundos comunitários. Nós recebemos as receitas gerais, temos o FEF, que vem do Estado, temos o artigo....

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-Vocês recebem do Estado o FEF, do Município....

Senhor Presidente da Junta:-----

-Exactamente, da Administração Central e depois recebemos do Município. Do Município recebemos....

Senhora Deputada Joana Granjeio:-----

-E chamam a tudo receitas gerais, é isso?-----

Senhor Presidente da Junta:-----

-Sim, eu tenho quase a certeza de que isto estará conforme, porque isto é um documento contabilístico normalizado que é o mesmo para todos e também serve para o Tribunal de Contas. Por tanto eu tenho a certeza absoluta que a empresa que nos acompanha há anos, está a agir correctamente.-----

Terminadas as intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra e disse o seguinte:-----

-Atendendo às formalidades legais que há para cumprir, bem como aos respectivos prazos, esta acta vai ser aprovada em minuta e posteriormente será remetida a todos vós pelos meios habituais.-----

Procedendo-se à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente acta.-----

Pedro Afonso Cristóvão Sancho
Tâncio Ilário Fernandes Antunes
Américo Rodrigues de Oliveira